



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11856 - Resumo Expandido - Trabalho - 15a Reunião da ANPEd – Sudeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 09 - Trabalho e Educação

A PRECARIIDADE DO TRABALHO DOCENTE COM A NOVA GESTÃO PÚBLICA

Janiely dos Santos - UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Camila Siqueira Fernandes Reis - UFU - Universidade Federal de Uberlândia

Fabiane Santana Previtali - UFU - Universidade Federal de Uberlândia

A PRECARIIDADE DO TRABALHO DOCENTE COM A NOVA GESTÃO PÚBLICA

1 Introdução

Este trabalho apresenta o resultado parcial de uma pesquisa em andamento no curso de mestrado, cujo objetivo é fazer uma breve discussão em torno do processo de precarização do trabalho docente em consequência do aumento da globalização e das políticas neoliberais, gerados em consequência das mudanças na reestruturação do Estado na Nova Gestão Pública. Para isso foi realizado um levantamento bibliográfico, oriundo do mapeamento de pesquisas publicadas na área.

Em pleno século XXI, o trabalhador docente, que acreditava que o avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) trariam tempos prósperos para o seu ofício, no qual o seu labor seria mais digno, menos sofrido, valorizado e com boas condições materiais, viu e vê suas expectativas se frustrarem, pois nota-se o aumento do trabalho mais precarizado e custoso em termos materiais.

A partir de 1990, o Brasil passou a sofrer grandes mudanças na reestruturação do Estado com a chamada Nova Gestão Pública (NGP), que apresentou como norte a adoção parâmetros da economia privada incidindo na gestão da coisa pública. Fato que impactou também nas políticas educacionais e no trabalho do professorado.

2 O trabalho docente frente às mudanças na reestruturação do Estado na Nova Gestão Pública

Presencia-se, no Brasil, que as privatizações, terceirizações e a informalidade são elementos devastadores para a proteção da vida do trabalhador. De acordo com Brown (2019, p. 28-29), “O neoliberalismo é mais comumente associado a um conjunto de políticas que privatizam a propriedade e os serviços públicos, reduzem radicalmente o Estado social, amordaçam o trabalho, desregulam o capital e produzem um clima de impostos e tarifas amigáveis para investidores estrangeiros”.

Antunes (2007, p. 13) complementa que a classe trabalhadora, em vários países, “ou se encontra exercendo trabalhos parciais, precários, temporários, ou já vivenciava a barbárie do desemprego”. Isso porque “Mais de um bilhão de homens e mulheres padecem a vicissitudes do trabalho precarizado, instável temporário, terceirizado, quase virtual”.

Na educação, tal cenário crítico reafirma o quanto essa classe tem sido explorada em todos os sentidos, especialmente quando se considera essa nova morfologia do trabalho. Com o fortalecimento do neoliberalismo, como um processo de globalização, não está eliminando o poder dos Estados, apenas está redefinindo suas hierarquias, seus espaços e graus de autoridade no exercício de suas soberanias (OLIVEIRA, 2000, p. 64).

No setor educacional a Nova Gestão Pública está adentrando e fazendo diversas reformas/privatizações na escola pública. Para Nóvoa (2008) foram três as grandes tendências de privatização resultantes das críticas erigidas no final do século passado à escola pública: a escola em casa (home schooling); os cheques-estudos (educational vouchers) e as escolas charter (charter schools).

Na NGP, a avaliação da aprendizagem tem sido defendida como elemento central de regulação, é por meio da avaliação que ela monitora a eficiência e avalia o profissional docente. Ao adotarem os sistemas de avaliação como parâmetro das políticas educacionais, definindo em alguns casos até mesmo a distribuição e destinação dos recursos públicos, os governos acabam por legitimar suas escolhas político-ideológicas por meio da racionalidade técnica (OLIVEIRA2, 2015).

Na concepção de Previtalli e Fagiani (2021, p. 504), com o aumento do neoliberalismo e da NGP, entre os anos de 2016 e 2018,

[...] as políticas educacionais pautam reformas curriculares que indicam o caminho da qualificação profissional restrita e imediata [...] concomitantemente às reformas curriculares, escolas públicas têm sido fechadas com vistas à redução de gastos públicos sob o argumento de baixa performance, utilizando-se para tanto, índices de

Contudo, outros setores, mais amiúde os privados, têm tido seus campos de interesses diretos ou indiretos “beneficiados com a precarização da educação pública, visto que especialistas e empresas de consultorias, ONG, Institutos Empresariais, entre outros, envolvem-se nas políticas de Estado para disputar recursos públicos para seus fins privados” (OLIVEIRA, 2015, p. 642).

Na esteira dessas considerações, Popkewitz (2008) apud Oliveira (2015, p. 633) acrescenta que os princípios de democracia e participação são amplamente reverberados como pautas “de salvação nas mudanças sistêmicas e organizacionais da educação”. Assim, pode-se considerar que:

[...] as novas abordagens da gestão pública não renovam apenas o contrato social, elas encarnam também um conjunto de relações que investe o indivíduo de capacidades e habilidades particulares. Trata-se de uma reconstrução do Estado em relação à sociedade civil, nomeada de parceria, em que o envolvimento e o engajamento dos atores sociais, no nível individual e coletivo, são constantemente buscados, tendo por objetivo encontrar soluções locais para problemas que são muitas vezes de ordem geral. (OLIVEIRA, 2015, p. 633).

Nesse contexto, podemos afirmar que a discussão sobre a NGP, com o processo de reestruturação do Estado, tenta justificar a necessidade de ajustes estruturais em razão da dívida externa, que alterou a relação de Estado e a sociedade civil (OLIVEIRA, 2015) e teve como paradigma a adoção dos critérios da economia privada na gestão da coisa pública (OLIVEIRA, 1996).

Conclusão

Diante das informações levantadas, constata-se que essa recente política trazida historicamente pela Nova Gestão Pública corrobora com uma exploração cada vez mais perversa do trabalhador, em especial o docente, tirando-lhe os direitos e condições mínimas para desempenhar bem seu papel de agente transformador da sociedade, condição primária para um processo educativo eficiente.

Constata-se, desse modo, que o objetivo principal das propostas neoliberais é o Estado mínimo, o que significa, na prática, transferir para o setor privado a maior parte do que hoje é provido por políticas públicas e desembocam no setor educacional como um dos fatores do baixo desempenho dos estudantes.

O que se entende da Nova Gestão Pública, no modelo educacional vigente, é que este

foi se degradando no processo histórico da própria educação, esta que deveria ser considerada como um bem público, um direito social e que, dessa forma, não pode ser tratada como mercadoria, produto ou resultado passível de mensuração, oferecida gratuitamente ao setor privado.

Palavras-chave: Trabalho. Precarização. Nova Gestão Pública.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **A perda da razão social do trabalho:** terceirização e precarização / organizadoras Graça DRuck. Tânia Franco; autores Ângela Borges *et al.* São Paulo, Boitempo, 2007.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo:** a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo. EditoraWW Politéia, 2019.

NOVOA, A. Os professores e o “novo” espaço público da educação. *In:* TARDIF, M.;

LESSARD, C. **Ofício de professor:** história, perspectivas e desafios internacionais. Petrópolis: Vozes, 2008.

OLIVEIRA, Dalila. **Nova gestão pública e governos democrático-populares:** contradições entre a busca da eficiência e a ampliação do direito à educação. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 36, nº. 132, p. 625-646, jul.-set., 2015.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Educação Básica:** gestão do trabalho e da pobreza. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 64-65.

PREVITALLI, Fabiane; FAGIANI, Cilson. Educação básica sob a pandemia covid-19 no Brasil e a educação que convém ao capital. **RTPS - Revista Trabalho, Política e Sociedade**, vol.6, nº 11, p. 499-518, jul. –dez./2021.